



**FACULDADE DE INHUMAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

DIANA OLIVEIRA NASCIMENTO

**ANÁLISE DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E NÃO ESCOLAR**

**INHUMAS-GO
2020**

DIANA OLIVEIRA NASCIMENTO

**ANÁLISE DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E NÃO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física,
da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito
para a obtenção do título de Licenciada em Educação
Física.

Professor orientador: Me. Pedro Paulo Pereira Braga

**INHUMAS-GO
2020**

DIANA OLIVEIRA NASCIMENTO

**ANÁLISE DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E NÃO ESCOLAR**

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA ALUNA

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Inhumas, 16 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Professor Me. Pedro Paulo Pereira Braga - FacMais
(orientador(a) e presidente)

Michele Cristina Figueiredo de Souza Honda – FacMais
(Leitora)

**Dedico esta monografia aos meus pais,
meus maiores e melhores orientadores
na vida.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela oportunidade de em vida estar realizando um sonho que não é somente meu, mas um sonho que inclui toda minha família.

Aos familiares e amigos pelo apoio, incentivo e conselhos ditos para que eu não baixasse a cabeça em nenhuma situação que pudesse me atrapalhar ou me desanimar, e ter sempre em mente que esse dia iria chegar.

Ao meu orientador Me. Pedro Paulo Pereira Braga por ter aceitado me orientar contribuindo para a melhoria deste trabalho .

Aos professores(as) que fizeram parte da minha formação acadêmica.

Aos colegas de curso que ao longo desse tempo juntos compartilhamos momentos, vivências e experiências incríveis.

E ao longo desta jornada dividi minhas angústias e alegrias com muitas pessoas. Sempre recebi carinho, atenção e compreensão, infelizmente não posso nomear todos, pois com certeza estaria deixando alguém de fora, portanto vocês que fizeram e fazem parte da minha vida o meu sincero obrigado!

Eu sei que a gente se acostuma, mas não deveria.

Marina Colasanti

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LIBRAS- língua Brasileira de Sinais

DA- Deficiência Auditiva

INES- Instituto Nacional de Educação dos Surdos

LDB- Lei de Diretrizes Base da Educação Nacional

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o de analisar como se dá o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física escolar e não-escolar. Para isso, realizamos uma pesquisa com acadêmicos e professores/profissionais de Educação Física da Licenciatura e do Bacharel aplicando um questionário com questões fechadas e de múltipla escolha; Após os procedimentos de coleta, os dados foram devidamente ordenados e sistematizados em planilha. Para análise qualitativa dos dados, os tópicos de discussão foram dispostos em categorias de análise. Evidenciamos na pesquisa que todos os entrevistados, tanto da licenciatura quanto do bacharel, consideram ser importante a inclusão de alunos com DA nas aulas de Educação Física. Por fim, concluímos que apesar dos acadêmicos e professores/profissionais de Educação Física reconhecerem a importância da de alunos com DA, ainda há baixa formação específica no tema e, ao mesmo tempo, pouco interesse dos próprios acadêmicos/professores/profissionais em qualificar-se em Libras.

Palavras-chave: Educação Física, Deficiência Auditiva, Inclusão.

ABSTRACT

The objective of the present work is to analyze how the process of inclusion of students with hearing impairment takes place in physical and school education classes. For this, we conducted a survey with academics and Physical Education professors / professionals from the Bachelor's and Bachelor's degrees, applying a questionnaire with closed and multiple choice questions; After the collection procedures, the data were properly ordered and systematized in a spreadsheet. For qualitative analysis of the data, the discussion topics were arranged in analysis categories, as described in the section "Results and Discussion". We showed in the survey that all respondents, both undergraduate and bachelor, consider it important to include students with AD in Physical Education classes. Finally, we conclude that although academics and Physical Education professors / professionals recognize the importance of that of students with AD, there is still little specific training on the subject and, at the same time, little interest from academics / teachers / professionals in qualifying themselves. if in Libras.

Keywords: Physical Education, Hearing Impairment, Inclusion.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	12
1. A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	14
1.1. Língua de Sinais: Breve histórico	14
1.2. Dificuldades e possibilidades da inclusão na escola	18
1.3. A inclusão nas aulas de Educação Física: Primeiras aproximações	21
2. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E INCLUSÃO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA	26
2.1. Relatos de experiências de alunos com deficiência auditiva nas aulas	26
2.2. Experiências de professores em salas frequentadas por surdos	30
3. METODOLOGIA	34
3.1. Critérios de inclusão e exclusão para participação na pesquisa	34
3.2. Instrumentos para coleta de dados e procedimentos	34
3.3. Análise dos dados	34
3.4. Procedimentos éticos	35
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1. Perfil dos participantes	35
4.2. Nível de aptidão auto-referida para lidar com alunos com deficiência auditiva	36
4.3. A importância da inclusão atribuída de Educação Física	38
4.4. Licenciatura e Bacharel: O que cada uma das 'Educações Físicas' tem a dizer sobre inclusão?	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	45

INTRODUÇÃO

A concepção de inclusão é muito ampla e complexa. Em sua amplitude, a inclusão não se restringe apenas à inclusão dos alunos com deficiência motora, sensorial ou cognitiva, mas se estende a todos os indivíduos no processo educacional. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos com alguma dificuldade ou com deficiência são incluídos.

A inclusão no ambiente escolar ainda é um desafio para muitas entidades, já que envolve desde questões estruturais até a formação profissional da equipe. A inclusão social ou escolar tem se tornado foco nas escolas, pois cada vez mais pessoas com deficiências têm a consciência de seu direito ao acesso aos bens públicos e à garantia de uma educação de qualidade que respeite e atenda a sua formação. No **Decreto nº 3.298** dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa com deficiência. A educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. Com a existência de leis que prevê a inclusão e o tratamento da pessoa com deficiência com igualdade, sendo dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

A deficiência auditiva na escola costuma ser notada pelos profissionais da educação, pois quando crianças e adolescentes não ouvem bem, o aprendizado é afetado, podendo levar a um rendimento insatisfatório. A educação de uma criança com DA/surdez deve ser feita de forma diferenciada, utilizando diversos recursos comunicativos, adaptados a suas possibilidades e de modo a contribuir para sua participação social, também é importante se reunir com os pais e conversar a respeito do dia a dia e dos hábitos do filho, para potencializar os métodos utilizados pelo professor, facilitando o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento de modo geral. Manter uma parceria com a família é essencial para que a criança ou o adolescente possa, de fato, se desenvolver. Por isso, a comunicação deve ser constante.

O Professor de Educação Física contribui de forma satisfatória na educação de surdos e alunos com perda auditiva estimulando a prática de atividades que amplie a comunicação do aluno com o meio externo,

possibilitando, assim, a interação do discente com a sociedade que o cerca e contribuindo para a inclusão dos alunos. No entanto, uma das grandes dificuldades para uma participação ativa dos alunos com surdez está na falta de conhecimento do professor em relação à deficiência, isso pode acarretar danos à área motora destes alunos, pois a ausência de experiências corporais diferenciadas acabam provocando problemas de equilíbrio, alteração da marcha e dificuldade de ritmo. Antes de se iniciar o programa de ensino, o professor de Educação Física tem que conhecer a classificação, condutiva ou sensorio-neurais, da deficiência do educando e em qual grau é a surdez do aluno (leve, severa ou profunda). Essas informações podem ser adquiridas pelo professor através dos pais ou responsáveis pelo aluno, só depois de ter essas informações é que o professor poderá iniciar suas aulas.

Apesar do reconhecimento da importância da inclusão de alunos com DA nas aulas de Educação Física, poucos profissionais têm formação específica para lidar com este público. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi o de analisar como se dá o processo de inclusão de alunos com DA nas aulas de Educação Física escolar e não-escolar. Complementarmente, também buscamos evidenciar como os diferentes campos de formação em Educação Física (Licenciatura e Bacharel) lidam com o tema da inclusão.

Para isso, aplicamos um questionário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas de múltipla escolha. As quais foram aplicadas a partir de plataformas virtuais. A população da pesquisa envolveu acadêmicos e professores/profissionais de Educação Física.

1. A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

1.1. Língua de Sinais: Breve histórico

Na pré-história, o homem já utilizava as mãos para sua comunicação, e com o decorrer do tempo, o uso dos sinais foi substituído pela comunicação oral. A respeito disso, Vygotsky (1987/1934) apud Reily (2004, p. 113) relata que:

Os homens pré-históricos trocaram a comunicação gestual pela comunicação oral, pela palavra, quando começaram a utilizar ferramentas; trabalhando e com as mãos ocupadas, precisaram inventar uma alternativa para dialogar. Após a descoberta de um novo meio de comunicação, a comunicação por sinais restringiu-se aos surdos e a oralidade se tornou predominante na comunicação. Conforme a oralização, forma de expressão pertencente aos ouvintes, predominou por muito tempo ganhando força na comunicação, e se sobrepondo a comunicação por sinais que durante anos ocorreu de maneira informal, muitas vezes até mesmo secreta ou negada aos surdos, pois os mesmos eram tratados como pessoas excluídas e sem direitos.

Segundo Goldfeld (1997) apud Araújo et al. (2015, p. 01)

Os surdos eram tratados com piedade e vistos como pessoas castigadas pelos deuses, sendo abandonados ou sacrificados. A surdez e a consequente mudez eram confundidas com uma inferioridade de inteligência e até o século XV era visto como uma pessoa primitiva que não poderia ser educada.

Somente a partir de 1760, que a educação para os surdos ganhou um espaço na sociedade, através do professor Alemão Samuel Heinicke, o qual criou uma máquina para ensinar os surdos a "falar".

De acordo com Reily (2004, p.115):

Em vez de aproveitar a visão como sentido principal, ele propôs o paladar, associando sons vocálicos a sabores (A com água; E extrato de losna; I com vinagre; O com água com açúcar; U com azeite; para os sons híbridos, fazia misturas dos sabores). Assim, os surdos seriam capazes de "falar", não necessitando mais da visão nem dos sinais para se comunicar.

Após Samuel Heinicke tentar ensinar os surdos a “falar”, o francês Abade L'Épée se destacou na história, também a partir de 1760, por realizar um trabalho na educação de duas irmãs surdas que haviam perdido seu professor, o padre Vanin.

No qual as irmãs eram ensinadas através de imagens, o francês decidiu mudar a metodologia de ensino após observar as irmãs e a comunicação entre si, pois se comunicavam de maneira fluente dando oportunidade ao mesmo a aprender os sinais e assim adaptá-los.

E com essa iniciativa o francês revolucionou as possibilidades de educação, comunicação, interação e cidadania para os surdos, um grupo que se encontrava marginalizado e excluído até então, sendo um dos primeiros a desenvolver a educação direcionada aos surdos valorizando-os segundo suas habilidades e competências (REILY, 2004).

E foi em uma viagem à França, que o Imperador Dom Pedro II conheceu o trabalho realizado por L'Épée no Instituto de Surdos de Paris e percebendo que no Brasil ainda não havia metodologias voltadas para a educação dos surdos convidou o professor francês Hernest Huet para realizar a educação dos mesmos, o qual teve um papel fundamental no surgimento da comunicação e educação dos surdos no Brasil.

Hernest Huet fundamentou seus métodos educacionais na leitura labial, articulação da fala e auxílio da datilologia (comunicação através de sinais feitos com os dedos, p.ex., o alfabeto manual de surdos-mudos), tornando a língua de sinais francesa à base da Língua Brasileira de Sinais (REILY, 2004).

Em 1857, Hernest Huet conseguiu o apoio do Imperador Dom Pedro II para fundar o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, hoje atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Porém, somente a partir de 1960, com o aumento dos diagnósticos de surdez, que houve o maior número de pessoas interessadas em aprender LIBRAS e foi quando a LIBRAS passou a ser considerada como a língua oficial do Brasil em 24 de Abril de 2002, através da Lei nº 10.436 esta lei reconheceu legalmente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma forma de expressão e comunicação dos surdos, garantindo através da mesma que a LIBRAS seja incluída pelos sistemas educacionais nos cursos de magistério do ensino (LIMA, 2006).

A LIBRAS é muito utilizada na comunicação com pessoas surdas, sendo, portanto, uma importante ferramenta de inclusão social; desde seu surgimento

possibilitou aos surdos uma melhor interação interpessoal, proporcionando aos mesmos uma integração em diversos âmbitos da sociedade.

A história dos surdos tem sido um grande desafio ao longo do tempo. Sendo que, cada época possuía concepções distintas, mas nem todos eram tratados como seres incapazes, entre outros estigmas. Após muitos séculos, estas visões foram dando espaços para que os surdos fossem notados, iniciando assim a sua educação.

A inserção dos surdos no meio educacional contribuiu para desmistificar concepções criadas de que os mesmos não possuíam condições intelectuais para aprender nem desempenhar papéis importantes na sociedade. Tais concepções passaram a ser motivo de exclusão do meio social, sendo uma das principais barreiras enfrentadas.

Ao longo do processo educacional dos surdos, buscou-se desenvolver metodologias voltadas para um melhor ensino-aprendizagem. A construção destas metodologias envolveu a participação tanto de educadores quanto dos surdos, baseadas em suas experiências comunicativas.

Conforme aborda Marchesi (2004, p. 171),

Os educadores refletiram sobre os processos de instrução e sobre as estratégias comunicativas mais adequadas à forma de aprender das pessoas surdas. As próprias pessoas surdas reivindicam um papel em tais estudos e encaminha a reflexão sobre sua própria experiência. Todos eles, de forma mais autônoma ou em equipes interdisciplinares, contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a situação das pessoas com deficiência auditiva e sobre as estratégias mais adequadas para favorecer seu desenvolvimento e sua educação.

E hoje a LIBRAS é uma língua natural utilizada pela maioria dos surdos do Brasil; diferente de todos os idiomas já conhecidos, que são orais e auditivos, a LIBRAS é visual-gestual, é possível se comunicar através de gestos, expressões faciais e corporais.

Após o surgimento da LIBRAS, a educação dos surdos passou a ser mais ampla e conceitual, tornando-se uma língua de integração dos surdos na sociedade. Contribuindo assim, na construção da identidade dos mesmos, devolvendo-lhes sua dignidade. Além disso, buscou-se romper com os estigmas de que os surdos não possuem capacidade intelectual. Assim, a língua de sinais passou a dar voz às

mãos dos surdos e a todos aqueles que durante muito tempo foram silenciados pela ignorância e falta de conhecimento sobre a surdez.

Segundo Lima (2006, p.63)

Interagir com outros sujeitos e construir a sua linguagem, condição imprescindível para que o indivíduo possa apropriar-se da cultura e se constituir como sujeito.

Podendo desta forma, ter um melhor relacionamento interpessoal, além de uma melhor integração educacional e nas relações de trabalho. Ao longo do processo educacional dos surdos, buscou-se desenvolver metodologias voltadas para um melhor ensino-aprendizagem. A construção destas metodologias envolveu a participação tanto de educadores quanto dos surdos, baseadas em suas experiências comunicativas.

Segundo Dizeu e Caporali (2005, p. 588)

A língua de sinais representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno. Facilitando assim, sua inclusão desde a escola ao ambiente de trabalho.

A inclusão leva ao entendimento e ao respeito do que é a diversidade humana, com objetivo de oferecer aos alunos o direito à escolarização e uma maior integração na sociedade, a inclusão de surdos. A educação inclusiva reconhece que todas as crianças podem aprender, respeitando as diferenças das crianças, além de permitir que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam às necessidades de todas as crianças.

1.2. Dificuldades e possibilidades da inclusão na escola

Dentre as deficiências humanas, a que mais interfere diretamente no desenvolvimento da linguagem, fala, comunicação e aprendizado é a Deficiência Auditiva (DA) (CRUZ et al. 2009). Por conta disso, as pessoas com surdez são muitas vezes estigmatizadas como ineducáveis, sem raciocínio e sem direitos, sendo consideradas incapazes pela sociedade e, em alguns casos, privadas de frequentar a escola, sem qualquer garantia de direito à instrução e à alfabetização.

Atualmente, a educação é responsável pela socialização do indivíduo, pois viabiliza a integração deste com o meio. E a inclusão é possível quando todos (família, educadores, pedagogos, psicólogos e legisladores) que fazem parte do cotidiano do aluno colaboram com ele, principalmente aqueles que participam diretamente da construção da inclusão, para que a escola seja um lugar de aprendizado, havendo, portanto, qualidade de vida. Dessa forma, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais de educação se dê com sucesso, é necessária a adequação das práticas pedagógicas, além da implementação de políticas públicas, a fim de que esses alunos possam apropriar-se dos mesmos conhecimentos que os demais.

A inclusão tem como objetivo não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início da escolarização, propondo que a escola é quem deve se adaptar ao aluno. Diante disso surge então no Brasil a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB), nº 8.069 de 1996 que traz nos artigos 58 e 59, normas claras sobre a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, inclusive aquelas com algum tipo de deficiência.

A inclusão implica o compromisso que a escola deve assumir de educar cada criança. O aluno com deficiência é visto com direito de igualdade, de acessibilidade e de oportunidades (MITTLER, MITTLER, 2001). Portanto, a inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, incluindo também as próprias pessoas com necessidades especiais.

Segundo MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JUNIOR, 2009:

Para que a integração e inclusão realmente aconteçam é preciso o apoio das famílias, escolas adaptadas às suas necessidades e professores capacitados que tenham conhecimentos sobre a deficiência, sabendo quais são as causas, as formas de prevenção, como se dá a comunicação e cuidados para que não ocorra a discriminação.

Então, a inclusão passou a ser vista não mais como uma dificuldade ou um problema e sim como uma conquista. Ela é um direito das pessoas com necessidades especiais. Por isso, a criança com deficiência deve ser motivada pelos pais, acolhida pela escola e pelos que compõem a mesma. “[...] os alunos em geral devem aprender juntos sempre que possível, apesar das dificuldades que possam ocorrer” (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JUNIOR, 2009, p. 05).

Mas mesmo com a existência de leis não é suficiente para a garantia da prática. As leis por si só não conseguem mudar as relações sociais. O simples cumprimento da lei, sem as devidas reflexões sobre a importância da inclusão, seria um ato irresponsável, pois quem aceitar a inclusão vendo apenas a legalidade estará reforçando e colocando em prática uma ação sem compromisso com a realidade (LACERDA, 2006). Percebe-se que a inclusão representa, portanto um grande desafio para as escolas que tem que se adequar e levar em conta a ampla diversidade das características e necessidades dos alunos, adotando um modelo centrado no mesmo e não no conteúdo, com ênfase na aprendizagem e não, apenas, no ensino (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JUNIOR, 2009).

Outro dificultador para a inclusão da criança com deficiência nas escolas regulares é o preconceito dos pais de alunos que não possui deficiência, ditos “normais”, de estudarem em uma escola juntamente com crianças com necessidades especiais, achando que a escola diminuirá o nível de qualidade de ensino. Também os próprios pais dos alunos com deficiência que, na intenção de proteger o filho com deficiência da exclusão, preferem que o filho frequente escolas especializadas para que não sejam alvo de preconceito, privando o filho do direito à igualdade, de serem respeitados e de serem vistos como uma pessoa como outra qualquer (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JUNIOR, 2009).

Com esse contexto, a educação brasileira sofreu grande transformação com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), onde o sistema educacional brasileiro reformulou conceitos para reconhecer e valorizar a diversidade favorecendo a todos envolvidos nesse processo. O sistema educacional precisou se adequar para seguir o que a lei determina, modificando o atendimento nos estabelecimentos de ensino, capacitando os profissionais que receberão esses alunos. Assim, a escola deve estar apta a lidar com as diferenças e perceber que cada ser humano é um ser subjetivo, e por ser único se torna especial.

Portanto, entende-se que a educação inclusiva é um processo social que vem se desenvolvendo em todo o mundo, a qual veio justamente para ampliar as possibilidades e para construir uma sociedade mais justa, dando oportunidades para todos de ocuparem os seus espaços de forma autônoma. Os professores devem estar atentos e saber como lidar com a dificuldade e a diversidade que existe entre seus alunos e assim, ter uma postura melhor em relação às especificidades de cada um. Nesse sentido, os professores de Educação Física também necessitam de um

conhecimento mais apurado sobre o processo de ensinar e desenvolver atividades para os alunos com surdez, sem segregar os demais, havendo a necessidade de recursos pedagógicos específicos e adequados que promovam a participação e inclusão de todos, independentemente de suas condições e características físicas (CRAWFORD, 2011).

Assim como as outras disciplinas, a Educação Física é fundamental para inclusão do aluno com DA e/ou Surdez na escola, sendo necessário que o professor esteja preparado, criando estratégias de ensino capazes de satisfazer todos os alunos e garantir a educação sem exclusão. O ideal é que o mesmo acredite no potencial e no desempenho do aluno para que possa se sentir incluído (MACIEL, MIGUEL, VENDITTI JÚNIOR, 2009). A inclusão permite que o aluno com deficiência demonstre suas qualidades e potencialidades a fim de alcançar seu objetivo.

E sabemos que o indivíduo com DA encontra dificuldades para se adaptar ao ambiente que o cerca e muitas vezes, em decorrência disso, se torna um pouco ansioso e impaciente, em especial quando não consegue se fazer entender. Algumas pessoas preferem o isolamento social, evitando o contato com pessoas estranhas, demonstrando às vezes um grau de imaturidade. Não devemos deixar nossos alunos com DA se isolar, devido a esse problema. O mais importante em uma escola de estudantes assim é ter profissionais capacitados para entendê-los e inseri-los na sociedade.

A inclusão escolar não é tarefa fácil, porém não é impossível, pois o professor terá que garantir o aprendizado desses alunos, no contexto de suas atividades rotineiras e no planejamento para a turma como um todo. Contudo, ainda há a carência na disponibilização de materiais didáticos visuais para alunos surdos, tendo este que utilizar de outros meios para tentar acompanhar o aprendizado em sala de aula.

O desafio da educação inclusiva é a implantação de uma educação de qualidade associada a uma organização escolar que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional. Nesse sentido, entende-se como educação de qualidade aquela que atende as necessidades de cada aluno, respeita o estilo de aprendizagem e propicia condições para se atingir objetivos além do âmbito individual, mas para o bem da coletividade. Segundo (ALVES 2007) para que possamos incluir, devemos respeitar e querer desenvolver o indivíduo em todos os

aspectos dentro do processo de aprendizagem. Deve-se haver a inclusão social, respeitando a criança, possibilitando-a da convivência com os indivíduos que não portam deficiência, através de trocas, dando-lhes assim condições necessárias para a aprendizagem e a inclusão social.

1.3. A inclusão nas aulas de Educação Física: Primeiras aproximações

Para (SOLER 2009) a prática de Educação Física inclusiva é uma tarefa complexa, visto que a história da Educação Física escolar é uma história de exclusão e marginalização com os que têm menos habilidade, como o sexo feminino e as pessoas com deficiência, pois a mídia idealiza corpos sarados e perfeitos. Com isso, o trabalho do profissional de Educação Física deve unir interesses coletivos e incluir as pessoas com deficiência atendendo às características individuais de cada um.

A Educação Física dentro do âmbito escolar é comumente vista como uma disciplina prazerosa, um momento para o aluno de alegria. No entanto, pode-se dizer que a Educação Física contribui não só para a formação do aluno em seus aspectos físicos, psicossociais e motores, mas também o para seu entendimento como ser humano e um cidadão dentro da sociedade, nas quais nas aulas se pode conhecer o seu eu e o próximo e respeitar suas diferenças. Afinal, “desenvolver a motricidade não é apenas apresentar maior rendimento em determinadas habilidades, e bem mais que isso, significa adquirir melhores recursos para se relacionar com o mundo dos objetos e das pessoas” (FREIRE, 1989, p. 56).

O Professor de Educação Física, através de sua prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento social, contribui no campo da educação inclusiva, fazendo uso de novas propostas e abordagens teórico-metodológicas, que estimulam a criatividade, a expressão corporal, a liberdade de movimentos, a ludicidade, enfim, implementam atividades capazes de proporcionar aos alunos experiências que favorecem a cooperação, a sociabilidade, bem como o seu desenvolvimento psicomotor (ZUCCHETTI, 2011).

A Educação Física, enquanto disciplina escolar deve estar desvinculada dos aspectos de rendimento esportivo, técnica, exclusão dos menos habilidosos e qualquer outra prática excludente (ARAÚJO 2011). A Educação Física como parte integrante da grade curricular das escolas não poderia ausentar-se desse processo

de inclusão educacional. O Professor de Educação Física, através de sua prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento social, contribui sobremaneira no campo da educação inclusiva, fazendo uso de novas propostas e abordagens teórico-metodológicas, que estimulam a criatividade, a expressão corporal, a liberdade de movimentos, a ludicidade, enfim, implementam atividades capazes de proporcionar aos alunos experiências que favorecem a cooperação, a sociabilidade, bem como o seu desenvolvimento psicomotor (ZUCCHETTI, 2011). Por meio do jogo, do esporte, das lutas, da ginástica e da dança pode-se transmitir comportamentos, sentimentos, valores coletivos e sociais, como também propiciar a descoberta de novos conhecimentos e promover o desenvolvimento integral de indivíduos com DA.

O desenvolvimento da expressão corporal é de máxima importância para o surdo em qualquer idade, mas principalmente quando este é criança. É a partir da estimulação e desenvolvimento recebido na infância, que a criança surda terá maiores possibilidades de comunicação, interação e convivência social, assim como de sua realização pessoal. Tem-se a Educação Física, portanto, como uma aliada no desenvolvimento dos níveis motores, perceptivo, cognitivo e sócio-cultural para todas as pessoas e em especial para os surdos, porque suas aulas possuem características diferenciadas, são desenvolvidas no "pátio" ou no ginásio, permite maior liberdade, os alunos tornam-se mais espontâneos, mais criativos e produzem mais e com maior facilidade, mantendo uma constante troca de relações sociais. Nesta troca de relações, libera-se a criatividade, as emoções e produzem-se formas diferenciadas de movimentos e expressões tornando o aluno surdo mais ativo, produtivo e integrado. E torna-se destaque a criatividade e a espontaneidade dentre as características da Educação Física já citadas, já que a criatividade proporciona novas descobertas, novas percepções, revela novas formas e movimentos, onde estão interligados, principalmente os aspectos emocional, cognitivo e o corporal, e juntamente com ela percebe-se a manifestação da espontaneidade, através da demonstração das expressões corporais, a criação de novos gestos, formando uma linguagem corporal única e individual, que exprime um sentimento positivo e importante para a sua formação e desenvolvimento.

A seleção dos conteúdos na Educação Física deve levar em consideração a relevância social, a diversidade e as diferenças dos educandos da escola, a possibilidade de desenvolver a autonomia e liberdade de expressão, além de um

repertório motor cada vez mais diversificado que possa proporcionar aos educandos o desenvolvimento de suas competências (MORLEY et al., 2005); pois a grande dificuldade para uma participação ativa dos alunos com surdez está na falta de conhecimento do professor em relação à deficiência, isso pode acarretar danos à área motora destes alunos, pois a ausência de experiências corporais diferenciadas acabam provocando problemas de equilíbrio, alteração da marcha e dificuldade de ritmo (Gorgatti et al.2004).

Segundo Góes, Alves e Vieira Júnior (2012) ao efetuar o programa de suas aulas, o professor de educação física precisará reconhecer a causa e o tipo de deficiência adquirida pelo aluno; Encontrar-se informado sobre quais os cuidados que o professor deve ter ao planejar e realizar atividades para turmas com alunos com DA; Avaliar as formas de comunicação ou até mesmo criá-las; Permanecer atento às manifestações de preconceito ou discriminação que possam vir a acontecer entre os alunos; os alunos que não possuem deficiências precisam ter conhecimento dessas adaptações para aprender a conviver com o aluno com deficiência auditiva.

Para Santos (2010), na sala de aula o professor de Educação Física deverá utilizar ferramentas que favorecem a percepção desse aluno, tendo como utilidade slides informativos e ilustrativos, fotografias, vídeos com legendas, desenho no quadro e demonstrações, pois, é por meio dessa modalidade linguística que se produz o processo de aprendizagem do sujeito e a constituição da sua concepção do mundo. Uma técnica adequada com diversos recursos além de ser indispensável para a captação dos assuntos e a não supressão do aluno, também pode despertar nele um maior empenho e motivação, empregando no processo de aprendizagem modelos sólidos vivenciados no cotidiano, estimulando a demonstração e a habilidade de se adaptar.

E no ambiente fora da sala de aula, a escolha de atividade física para crianças com DA deve analisar os mesmos critérios utilizados para os que não possui deficiência, sem que haja distinção. E os critérios são as condições de saúde, faixa etária, condicionamento físico, interesse, etc (SOLER, 2005). Dá pra perceber que não há restrição nenhuma ao aluno com DA, pois os critérios são gerais para aplicação de atividades físicas nos demais indivíduos. Onde o professor deverá somente atentar-se para algumas condições necessárias para executar a atividade ou a aula.

De acordo com Silva e Sampaio (2010), não importa a prática ou metodologia aplicada, o professor necessita empregar de suas informações para garantir aos seus alunos com DA, aulas de qualidade, evidenciando a real importância e papel da disciplina formação acadêmicas do aluno, para que a mesma seja vista como uma área de grande interesse para o mesmo.

Gorgatti e Costa (2008, p. 137), em seu livro *Atividade Física Adaptada*, afirma:

O indivíduo com DA encontra dificuldades para se adaptar ao ambiente que o cerca e muitas vezes, em decorrência disso, se torna um pouco ansioso e impaciente, em especial quando não consegue se fazer entender. Algumas pessoas preferem certo isolamento social, evitando o contato com pessoas estranhas, demonstrando às vezes um grau de imaturidade.

A partir desta concepção, a Educação Física pode e deve contribuir no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais na escola, pois dentro de seus objetivos trabalha-se com o desenvolvimento motor, cognitivo, social e afetivo que é de extrema importância para a formação do ser que é inserido em uma sociedade onde se restringe a todo tempo pessoas que são consideradas “diferentes”, podendo assim buscar a igualdade no aspecto de ser um cidadão com direitos e deveres iguais.

São nas aulas de Educação Física que o aluno com deficiência tem a oportunidade de se relacionar com outras crianças e interagir de maneira que acrescente novas experiências em sua vida, pois a Educação Física trabalha também com a ludicidade, a individualidade e cooperação, sendo assim uma forma de se inserir os alunos com maior facilidade e proporcionar as outras crianças a se relacionar e respeitar as diferenças.

Constatamos que a inclusão escolar não é tarefa fácil, porém não é impossível, pois o professor terá que garantir o aprendizado desses alunos, no contexto de suas atividades rotineiras e no planejamento para a turma como um todo. A educação física é uma área de grande responsabilidade que através da atividade física desenvolve no ser humano, uma contribuição educacional relevante a todos os indivíduos, relacionada com o desenvolvimento motor e a aptidão física para o bem-estar e saúde, e independente do grau da surdez, muitas crianças têm condições de acompanhar o ensino regular, cabendo ao professor criar condições favoráveis ao ingresso e, principalmente, permanência desse aluno na escola, considerando não apenas os aspectos físicos e de socialização, mas, também, levando em consideração o real papel social da escola (ZANATA, 2004, p. 58).

Com isso, afirma-se que a Educação Física tem um papel fundamental na educação, possibilitando experiências e desafios que favorecem a criatividade e a descoberta de novos movimentos, dos limites e dos sentimentos expressos através da linguagem corporal, possibilitando o conhecimento do próprio corpo, facilitando sua independência e autonomia, em busca de uma aceitação social (SOUTO et al. 2010).

Com o princípio da inclusão, a Educação Física deve propor, de forma efetiva, atividades voltadas para a diversidade, tornando-a aberta a todos os alunos, independentemente de suas diferenças sociais, motoras, cognitivas, econômicas, dentre outras. Para tanto, assim como as demais disciplinas, a Educação Física deve estar inserida no esforço coletivo de promover a inclusão, mesmo que seja preciso fazer uso de estratégias diferenciadas que possam funcionar para diminuir as barreiras referentes à participação dos alunos com deficiência nas aulas (SOUTO et al. 2010).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a Educação Física é importante para que os alunos com DA e/ou surdez se sintam incluídos, participando ativamente das atividades propostas. Para tanto é preciso adaptações e cuidados com os que possuem dificuldades de coordenação motora, lembrando que a atividade física pode ajudá-los no desenvolvimento motor (SILVA, SAMPAIO, 2010).

O professor de Educação Física pode realizar aulas com os alunos DA e/ou surdos por meio de várias atividades pedagógicas como esportes, dança, lutas, jogos e brincadeiras. Portanto, é recomendado, quando necessário fazer adaptações específicas, possibilitando assim a prática corporal junto com os alunos que não possuem deficiência. É válido lembrar que diante da diversidade de conteúdo na área de Educação Física, o professor precisa ter boa vontade para planejar as aulas e conhecimentos específicos sobre a deficiência em questão.

Por fim, consideramos que a inclusão dos alunos com DA vem evoluindo em termos de acesso, permanência e natureza dos serviços educacionais organizados à luz de uma legislação que favorece o atendimento ampliado e integrado. Documentos oficiais referentes a leis e políticas públicas têm abordado a inserção escolar desses alunos e obrigando as instituições de ensino a promover uma educação integradora e inclusiva e, acima de tudo, oportunizando e

responsabilizando a escola pública quanto a necessidade de iniciar por este ambiente as mudanças no olhar as pessoas com necessidades especiais.

2. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E INCLUSÃO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA

2.1. Relatos de experiências de alunos com deficiência auditiva nas aulas

O desenvolvimento da inclusão tem como objetivo promover a igualdade, oportunidades e direitos acessíveis a todos, independente de classe social, gênero, raça e condições físicas.

A inclusão de crianças surdas na sala de aula é de suma importância para uma aprendizagem eficaz. Analisa-se que atualmente, muitos alunos surdos enfrentam dificuldades ao ingressarem em uma instituição de ensino devido a falta de infraestrutura e preparação dos profissionais do local. É papel da escola estimular e oferecer oportunidades de aprendizagem; deve ser um ambiente acolhedor, no qual a criança sintam-se segura e confiante; devem existir situações favoráveis ao desenvolvimento de habilidades sociais, toda forma de expressão deve ser valorizada, bem como a curiosidade e o desafio que resultarão em oportunidades de investigação e conseqüentes situações de aprendizagem, além da sua função formadora de futuros cidadãos.

Na educação básica encontram-se crianças surdas com dificuldades, principalmente no processo de alfabetização. De acordo com o censo de 2010, realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cerca de 1 milhão de crianças e jovens até 19 anos com DA.

A realidade dos alunos com DA nas escolas é uma realidade onde eles passam por muitas dificuldades de adaptação, em algumas pesquisas os entrevistados descrevem a surdez a partir de uma condição de desvantagem perante ao ouvinte. Essa percepção esteve fundada na comunicação ou na sua ausência, salientando algumas situações específicas, tais como a dificuldade de escolarização do surdo, ou a dificuldade em compreender as informações transmitidas, que em geral são transmitidas apenas pela modalidade oral.

A fala de um participante, exemplifica tal situação:

Aluno 01: É difícil estudar...para o ouvinte é fácil, mas para nós surdos é difícil (Adaptado de Concepções de surdez: a visão o surdo que se comunica em língua de sinais-Mara Aparecida de Castilho Lopes; Lúcia Pereira Leite)

Em relação aos sentimentos relacionados à surdez, as falas dos participantes se apresentaram de duas formas: que indicava como o participante sentia, e como percebi a visão do ouvinte com relação aos surdos em geral. Nessas falas, puderam ser identificadas duas subcategorias, uma compreendendo as respostas que envolvia sentimentos relacionados a tristeza, piedade ou desprezo, e outra compreendendo sentimentos de alegria/felicidade. Nas duas subcategorias observou-se novamente o sentimento de igualdade ou diferença em relação ao ouvinte e o surdo.

Geralmente nas aulas de educação física os alunos com DA são excluídos das atividades pela falta de conhecimento do professor e dos demais alunos, onde não procuram formas de se adaptar e incluir esse aluno nas aulas.

Nesse contexto, observou-se que os sentimentos de tristeza, piedade ou desprezo foram recorrentes nas fala dos participantes:

Aluno 02: Eu estou triste... eu queria...queria ouvir, Deus sabe o quanto. (Adaptado de Concepções de surdez: a visão o surdo que se comunica em língua de sinais-Mara Aparecida de Castilho Lopes; Lúcia Pereira Leite)

Aluno 03: Ser surdo é difícil, eu não tenho amigos, fico sozinho. (Adaptado de Concepções de surdez: a visão o surdo que se comunica em língua de sinais-Mara Aparecida de Castilho Lopes; Lúcia Pereira Leite)

Aluno 04: Lá é difícil, eu sempre digo que gostaria que fossem mais surdos para lá, eu ficaria feliz, poderia conversar com alguém em Libras, seria melhor, com os ouvintes não há comunicação, é ruim...me faltam amigos... eu preciso de amigos.(Adaptado de Concepções de surdez: a visão o surdo que se comunica em língua de sinais-Mara Aparecida de Castilho Lopes; Lúcia Pereira Leite)

Quando os professores passam a se informar melhor e a entender mais sobre o assunto, passam a incluir esses alunos garantindo que eles aprendam de formas iguais fazendo com que haja uma interação entre todos, e a participação durante as aulas, mesmo que seja de forma adaptada.

Nesse contexto, observou-se os sentimentos de alegria/felicidade nas falas dos participantes:

Aluno 05: Eu estudava com uma turma que já estava acostumada com a Libras, pois crescemos juntos, eles estavam acostumados, conheciam a Libras, era normal.(Adaptado de Concepções de surdez: a visão o surdo que se comunica em língua de sinais-Mara Aparecida de Castilho Lopes; Lúcia Pereira Leite)

Aluno 06: O engraçado é que mesmo sem ouvir direito, sempre fui a melhor aluna da sala, as melhores notas sempre eram as minhas e nunca repeti de ano.(Adaptado de Concepções de surdez: a visão o surdo que se comunica em língua de sinais-Mara Aparecida de Castilho Lopes; Lúcia Pereira Leite)

Sabemos que as dificuldades são enormes, sim, o preconceito e a discriminação também, por isso é preciso colocar-se no lugar do outro, compreender suas limitações e potencialidades, aceitando e valorizando a diversidade, mesmo sendo um grande desafio é preciso atitudes de solidariedade e capacidade de conviver com as diferenças, garantido a todos os alunos condições de aprendizagem seja por meio de intervenção pedagógica ou de medidas que atendam as suas necessidades individuais.

De fato, a inclusão proporciona o privilégio de conviver com as diferenças, aprendendo uma lição que não se encontra em livros, como respeitar, entender e reconhecer o outro, desfrutando da convivência e partilhando com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva veio para acolher todas as pessoas sem exceção.

Incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nessa troca? Todos, em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão com deficiência ou não. Juntos construirão um país diferente.(WERNECK, 1997, p. 64)

Ao longo da história pode se encontrar muitos registros de que durante muitos anos as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência, eram afastados do convívio social, pois havia pouca compreensão psicológica sobre os problemas cognitivos apresentados pelos surdos.

Vários relatos onde ilustra questões difíceis vividas por muitos alunos surdos como o isolamento, a repetência, a dificuldade para se apropriar de um conteúdo transmitido primordialmente numa dimensão verbal (oral e escrita).

Com base em relatos negativos de surdos que frequentam a rede regular de ensino, vários autores, entre eles SKLIAR (1998), SÁ (1997) e PERLIN e QUADROS (1997), defendem o direito do surdo a uma escolarização que considere primordialmente as suas necessidades linguísticas e psicossociais. Propõem que a

educação do aluno surdo se dê num contexto que congregue surdos de tal forma que seja possível promover a aquisição da LIBRAS, possibilitando também a construção de uma identidade e cultura surdas.

As aulas dialogadas (oralizadas) tornam-se a forma mais comum para repassar os conceitos. Por serem usuários de uma língua de sinais, os surdos necessitam de elementos visuais para um melhor entendimento do contexto. Com o fato de que os conteúdos são repassados pelos professores somente via oral dificulta o processo de interação e compromete a significação dos conceitos. O simples fato de apenas repetir os sons de palavras não atribui acepções para os mesmos, sendo assim, não permite o alcance de uma aprendizagem significativa (VIGOTSKY, 1999).

Segundo Mittler (2003, p. 31) “a atitude e a percepção do professor apresentam o maior, único e significativo obstáculo à inclusão, o qual não pode ser ignorado”.

Observa-se que na criança surda este processo de apreensão do conhecimento se dá através de experiências concretas e visuais, pois ela aprende o mundo pela visão, sendo assim é fundamental ao professor utilizar recursos visuais como por exemplo, fotos, quadros, desenhos, figuras, mapas, etc.

Apesar de a maioria dos professores perceber que somente o uso da oralidade não permite alcançar o entendimento dos surdos, poucos recursos metodológicos para suprir esta dificuldade são utilizados. Questões relacionadas ao pouco tempo para planejamento e para a adaptação de materiais foram apontadas como prejudiciais ao ensino, pois, geralmente, a metodologia empregada tende a ser voltada para a maioria dos estudantes, sendo a mediação centrada na oralidade.

2.2. Experiências de professores em salas frequentadas por surdos

A educação inclusiva deve fazer parte do projeto político pedagógico das escolas públicas, a fim de incluir o aluno surdo no seu quadro de alunos regulares. O Professor, por outro lado, deve atualizar-se sempre, e buscar novos conhecimentos para trabalhar melhor as diferenças em sala de aula. A discussão sobre a educação de surdos tem ganhado destaque nos últimos anos. O acesso à língua de sinais é apontado em diversas pesquisas como fator primordial para o desenvolvimento intelectual, cognitivo e social dos surdos.

A escola, como espaço para todos, tem um papel fundamental no desenvolvimento instrucional dos sujeitos. No entanto, como estará o acesso a LIBRAS nesse espaço? Já realizou curso de formação para trabalhar com surdos? Se sente preparado para ensinar surdos? Sente alguma dificuldade neste trabalho? O tempo escolar é suficiente para realizar um trabalho de qualidade? A avaliação escolar é adaptada? Esses são alguns questionamentos que foram realizados com alguns professores.

Nota-se que a falta de fluência em LIBRAS é o ponto mais crítico observado por alguns professores. As formações que têm ocorrido são insuficientes e não promovem o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o acesso aos conteúdos de forma adequada e a interação entre professor-aluno surdo, como se percebe na resposta dos professores durante o questionamento:

Professor 01: Os cursos de Libras têm uma carga horária muito pequena, não trabalham aspectos direcionados para o professor em sala de aula, são apenas cursos de alfabetização com comunicação inicial: Bom dia! Boa tarde! Alfabeto manual, como se apresentar em LIBRAS. (Adaptado de A experiência de professores em salas inclusivas frequentadas por surdos: os desafios do acesso ao ensino de qualidade-Luane Costa da Silva, Gláucia Caroline Silva-Oliveira)

Mas essa realidade mudou desde que a LIBRAS foi inserida como disciplina curricular obrigatória a partir do decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, mencionado anteriormente conforme consta em seu artigo 3º [...] A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

A LIBRAS constitui-se em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Professor 02: Meu tempo é corrido e não tenho como me dedicar para aprender totalmente a falar em LIBRAS. Eu penso que é como o inglês, se você não estudar e praticar não aprende, não consegue reter a língua.(Adaptado de A experiência de professores em salas inclusivas frequentadas por surdos: os desafios do acesso ao ensino de qualidade-Luane Costa da Silva , Gláucia Caroline Silva-Oliveira)

Souza e Góes (1999) apontam que as formações em LIBRAS em muitos casos são ineficazes e que os professores se sentem inseguros por não terem fluência na língua. Tal situação dificulta o trabalho docente, pois a principal barreira passa a ser a comunicação. É importante que tais informações possam ir além da alfabetização na língua, que proporcionem também o entendimento e a construção de metodologias que contribuam para o ensino de surdos nas diversas áreas do conhecimento. É importante ressaltar que a LIBRAS é uma língua natural, de modalidade gestual-visual ou espaço-visual.

O tradutor e intérprete de LIBRAS é o profissional que assegura a acessibilidade em sala de aula. Neste estudo, detectou-se a ausência deste profissional em todas as escolas, sendo apontado como algo que dificulta as atividades em sala:

Professor 03: Eu nunca trabalhei com um intérprete, e olha que dou aula há um bom tempo, nunca tive esta oportunidade. Isso me ajudaria bastante para saber lidar com o aluno. Tem aluno que fica agressivo, impaciente quando eu não entendo a dúvida dele. Ter um intérprete facilitaria a nossa interação [...](Adaptado de A experiência de professores em salas inclusivas frequentadas por surdos: os desafios do acesso ao ensino de qualidade-Luane Costa da Silva , Gláucia Caroline Silva-Oliveira)

Professor 04: O direito ao intérprete educacional está na Lei, mas a mesma não é cumprida ainda.(Adaptado de A experiência de professores em salas inclusivas frequentadas por surdos: os desafios do acesso ao ensino de qualidade-Luane Costa da Silva , Gláucia Caroline Silva-Oliveira)

E apesar de a maioria dos professores (91,66%) perceber que somente o uso da oralidade não permite alcançar o entendimento dos surdos, poucos recursos metodológicos para suprir esta dificuldade são utilizados. Questões relacionadas ao pouco tempo para planejamento e para a adaptação de materiais foram apontadas como prejudiciais ao ensino, pois, geralmente, a metodologia empregada tende a ser voltada para a maioria dos estudantes, sendo a mediação centrada na oralidade.

Professor 05: Meu tempo é muito corrido, isso é ruim quando a gente precisa criar aulas com muitas imagens para ajudar no entendimento destes alunos. Além disso, a escola possui apenas um datashow e para usá-lo tem

que fazer um agendamento prévio. Então, faço a aula só no quadro e giz.(Adaptado de A experiência de professores em salas inclusivas frequentadas por surdos: os desafios do acesso ao ensino de qualidade-Luane Costa da Silva , Gláucia Caroline Silva-Oliveira)

Professor 06: É difícil conseguir organizar materiais para estes alunos, pois trabalho em diversas escolas, não dá tempo. O livro didático é o único recurso que tenho em mãos, busco explorá-lo bem em sala de aula.(Adaptado de A experiência de professores em salas inclusivas frequentadas por surdos: os desafios do acesso ao ensino de qualidade-Luane Costa da Silva , Gláucia Caroline Silva-Oliveira)

Professor 07: Se eu tivesse sempre em sala uma TV, com acesso à internet que pudesse buscar as imagens e vídeos para ilustrar a aula, contribuiria muito [...]. Mas a escola em que trabalho enfrenta situações precárias de infraestrutura e um equipamento deste é caro e é inseguro manter na sala de aula.(Adaptado de A experiência de professores em salas inclusivas frequentadas por surdos: os desafios do acesso ao ensino de qualidade-Luane Costa da Silva , Gláucia Caroline Silva-Oliveira)

Assim, as aulas dialogadas (oralizadas) tornam-se a forma mais comum para repassar os conceitos. Por serem usuários de uma língua de sinais, os surdos necessitam de elementos visuais para um melhor entendimento do contexto. O fato de os conteúdos serem repassados pelos professores somente via oral dificulta o processo de interação e compromete a significação dos conceitos. O simples fato de apenas repetir os sons de palavras não atribui acepções para os mesmos, sendo assim, não permite o alcance de uma aprendizagem significativa (VIGOTSKY, 1999).

Observou-se que os professores conheciam os recursos que podem ser utilizados para tornar as aulas mais visíveis e citaram: uso da LIBRAS computador, datashow, aplicativos e internet em sala. Reily (2003) afirma que os surdos, durante a fase de aquisição da linguagem, necessitam de referências da linguagem visual com as quais tenham possibilidade de interagir para construir os seus significados.

Quando o educador passar a compreender a necessidade de uma capacitação adequada para a inclusão do aluno com deficiência, eles devem buscá-la, e melhorar o seu plano de aula para atender essa realidade (SILVA, 2008). Os alunos ouvintes devem ser instruídos no sentido de como lidar com seus colegas surdos. Se possível, devem ser incentivados também a aprenderem LIBRAS, e respeitá-los em sua diferença. Por isso, Silva (2008), afirma que na educação inclusiva, o professor tem um papel muito importante e deve empenhar-se o máximo para minimizar o preconceito e preparar também os alunos ouvintes nesse sentido, pois um ensino de qualidade requer reforma, reestruturação e renovação dos

saberes dentro e fora da escola. Os professores precisam buscar esse conhecimento visando à comunicação com seus alunos surdos.

Incluir alguém em um grupo é dar-lhe condições para que possa participar ativamente das suas ideias e atividades propostas. Mas a verdade é que as escolas regulares ainda apresentam certo despreparo em lidar com essas questões.

As aulas de educação física podem ser um espaço para iniciar mudanças de comportamento relacionadas à educação de surdos dentro da escola, e o professor tem um papel importante nesse processo, papel esse que deve ser assumido com responsabilidade.

3. METODOLOGIA

3.1. Critérios de inclusão e exclusão para participação na pesquisa

A população da pesquisa envolve os acadêmicos e professores/profissionais de Educação Física. Para os acadêmicos, foram considerados eletivos para participação apenas aqueles matriculados no último ano do curso de Licenciatura ou Bacharelado em Educação Física. Para os professores/profissionais, foram considerados aqueles que tenham concluído o curso de Licenciatura ou Bacharelado em Educação Física nos últimos 3 (três) anos em instituições de ensino superior. Adotamos como critério de exclusão a formação superior em outras áreas do conhecimento.

3.2. Instrumentos para coleta de dados e procedimentos

Para a coleta dos dados, foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário com questões fechadas e de múltipla escolha que objetivaram a percepção do acadêmico ou professor/profissional de Educação Física acerca da inclusão de alunos com deficiência auditiva. O questionário foi elaborado a partir da ferramenta Google Formulário e disponibilizado para os participantes por meio de plataformas virtuais.

3.3. Análise dos dados

Após os procedimentos de coleta, os dados foram devidamente ordenados e sistematizados em planilha. Para análise qualitativa dos dados, os tópicos de discussão foram dispostos em categorias de análise, conforme descrito na seção “Resultados e Discussão”.

3.4. Procedimentos éticos

Todos os procedimentos adotados para o desenvolvimento deste trabalho estiveram de acordo com as normas éticas de pesquisa em humanos. Os participantes foram devidamente orientados acerca dos objetivos do trabalho e da metodologia utilizada. O termo de consentimento e livre esclarecido foi disponibilizado virtualmente antes da aplicação do questionário, no qual os participantes poderiam aceitar ou não dar prosseguimento na pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Perfil dos participantes

A pesquisa contou com a participação de 14 (catorze) acadêmicos e professores/profissionais de Educação Física distribuídos em ambas as modalidades de formação (Licenciatura e Bacharelado), EFI-Licenciatura e EFI-Bacharelado, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1. Perfil acadêmico-profissional dos participantes. Distribuição de acordo com a modalidade do curso de formação em Educação Física (Licenciatura ou Bacharelado).

EFI-Licenciatura

EFI-Bacharelado

	Em andamento	Concluído	Em andamento	Concluído
Participantes	6	2	3	3

Dentre os acadêmicos de EFI-Licenciatura, 50% relataram que a previsão de conclusão do curso é em 2020 e os outros 50% apontaram o ano de 2021 como a data provável do término. Já considerando os acadêmicos de EFI-Bacharelado, todos apontaram o ano de 2020 como data provável para a conclusão do curso. A média do tempo de formação dos participantes que já concluíram o curso de graduação é de $1,0 \pm 0,0$ anos para o grupo EFI-Licenciatura e de $1,3 \pm 0,58$ anos para o grupo EFI-Bacharelado.

4.2. Nível de aptidão auto-referida para lidar com alunos com deficiência auditiva

Quando questionados acerca da auto-percepção do nível de aptidão para atender alunos com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física, 14,3% dos participantes alegaram não se sentirem aptos para lidar com este público, 71,4% se consideram pouco aptos e apenas 14,3% disseram se sentirem muito aptos (Figura 1). É interessante notar que as respostas foram similares entre os grupos.

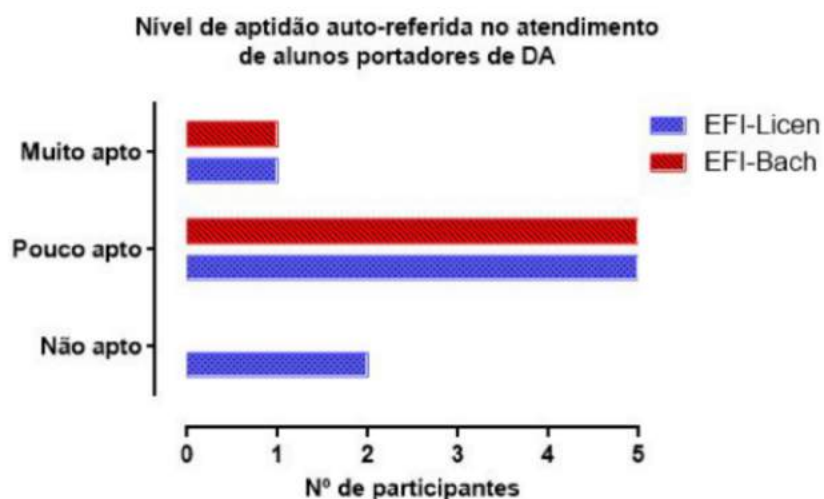


Figura 1. Nível de aptidão auto-referida no atendimento de alunos com deficiência auditiva de acadêmicos e professores/profissionais de Educação Física. EFI-Licen, participantes que cursam ou já cursaram Licenciatura em Educação Física. EFI-Bach, participantes que cursam ou já cursaram Bacharelado em Educação Física.

Paralelamente ao nível de aptidão auto-referida, verificamos que 50% (sete participantes) dos entrevistados alegaram possuir algum tipo de formação em LIBRAS, seja na faculdade ou em cursos especializados, distribuídos da seguinte forma: 4 do grupo EFI-Licenciatura e 3 do grupo EFI-Bacharelado. Curiosamente, apesar da obrigatoriedade da oferta da disciplina de LIBRAS nos cursos de formação de professores, apenas metade dos entrevistados do grupo EFI-Licenciatura alegaram formação no tema. É importante destacar que os participantes do grupo EFI-Bacharelado com formação LIBRAS, tiveram a oferta da disciplina no curso de graduação.

Ao serem questionados se teriam algum impedimento para trabalhar com os alunos com DA, 92,86% dos participantes alegaram que teriam uma ou mais dificuldades para lidar com este público. Apenas 1 (7,14%) participante apontou que não teria qualquer dificuldade.

No mesmo sentido, quando perguntados sobre como se sentiram ao saber que ministraram aulas de Educação Física para alunos com DA, verificamos que 37,5% dos participantes ficariam preocupados em como passar os conteúdos para estes alunos. Por outro lado, 62,5% alegaram que se sentiriam animados com o novo desafio.

Outro ponto questionado foi sobre os recursos que seriam utilizados para a transmissão dos conteúdos para os alunos com DA, em que 75% dos participantes apontaram a utilização de materiais visuais como recursos didáticos. Os participantes também indicaram a utilização da escrita e sinalização gestual (35,7%), mímica (35,7%) e leitura labial (28,6%). Complementarmente, três participantes (21,3% do total) acrescentaram que utilizariam a LIBRAS como recurso didático.

4.3. A importância da inclusão atribuída de Educação Física

Interessantemente, todos os participantes disseram reconhecer a importância da inclusão de alunos com DA nas aulas de Educação Física (Figura 2, A). No entanto, quando questionados sobre o entusiasmo de se formar e/ou aperfeiçoar em LIBRAS, apenas 28,6% se mostraram muito interessados no tema. Outros 57,1% mostraram pouco interesse e 14,3% evidenciaram nenhum interesse sobre o tema (Figura 2, B).

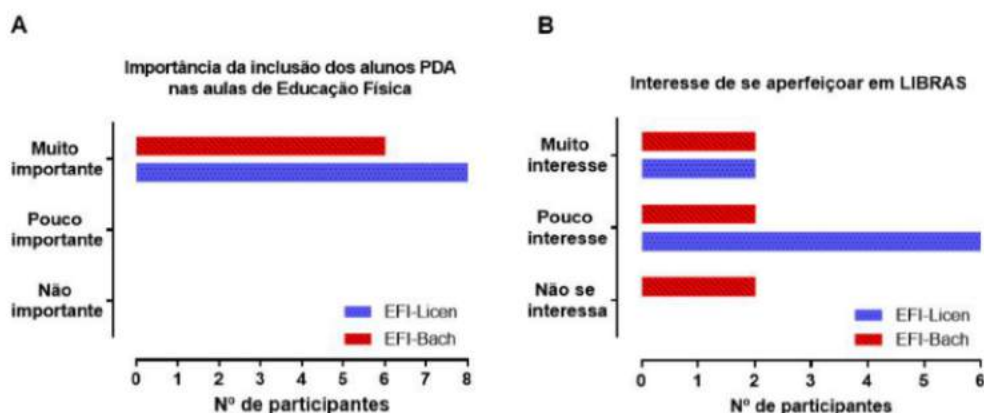


Figura 2. Relação entre a importância atribuída à inclusão de alunos com deficiência auditiva e o interesse de formação no tema. **(A)** Nível de importância atribuída pelos participantes acerca da importância da inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física. **(B)** Nível de interesse apresentado pelos participantes de se aperfeiçoar em LIBRAS. PDA, Pessoas com Deficiência Auditiva. EFI-Licen, participantes que cursam ou já cursaram Licenciatura em Educação Física. EFI-Bach, participantes que cursam ou já cursaram Bacharelado em Educação Física.

Tomados em conjunto, estes dados indicam que apesar do reconhecimento da necessidade de incluir alunos com DA, a maioria dos acadêmicos/professores/profissionais de Educação Física se mostraram pouco dispostos em se capacitar para atender este público em suas aulas. A contradição é ainda maior quando observado os níveis insatisfatórios de formação e aptidão auto-referida atribuída pelos próprios participantes para lidar com alunos com DA, conforme discutido no tópico 4.2.

Adicionalmente, quando questionados acerca do posicionamento acerca da necessidade dos cursos de formação em Educação Física ofertarem LIBRAS, 14,3% dos participantes alegaram não concordar com a obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS nos cursos de Licenciatura, outros 21,4% concordam parcialmente e 64,3% concordam totalmente (Figura 3, A). Já em relação a oferta opcional da disciplina nos cursos de Bacharelado, 7,1% não concordam com a proposta, 21,4% concordam parcialmente e 71,4% concordam totalmente (Figura 3, B).

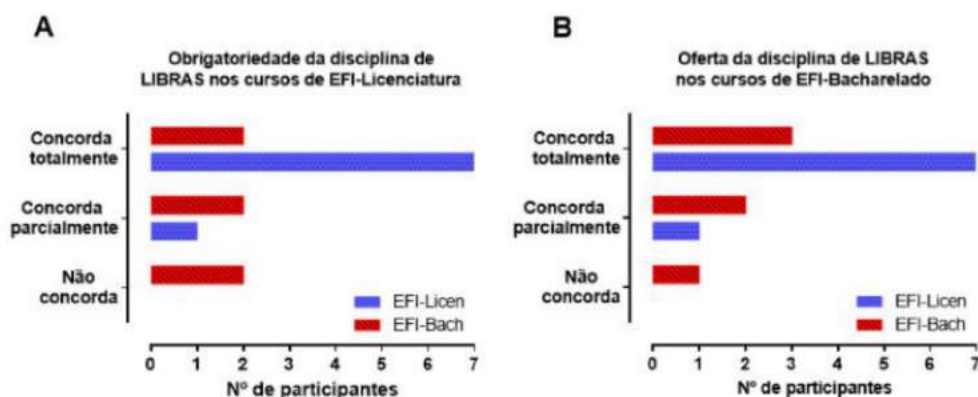


Figura 3. Entendimento dos participantes acerca da obrigatoriedade e/ou oferta da disciplina de LIBRAS nos cursos de formação em Educação Física. **(A)** Posicionamento dos participantes sobre a obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS nos cursos de formação em Licenciatura em Educação Física. **(B)** Posicionamento dos participantes sobre a oferta opcional da disciplina de LIBRAS nos cursos de formação em Bacharelado em Educação Física. EFI-Licen, participantes que cursam ou já cursaram Licenciatura em Educação Física. EFI-Bach, participantes que cursam ou já cursaram Bacharelado em Educação Física.

4.4. Licenciatura e Bacharel: O que cada uma das 'Educações Físicas' tem a dizer sobre inclusão?

A inclusão significa que as aulas de Educação Física devem ser ministradas para todos os alunos sem exceção, ou seja, sem discriminação ou preconceito com alunos com necessidades especiais, alunos com sobrepeso, alunos de etnias diferentes, alunos repetentes e/ou por gênero.

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, todos os entrevistados, tanto da licenciatura quanto do bacharel, consideram ser importante a inclusão de alunos com DA nas aulas de Educação Física. Assim, confirmando ainda mais a necessidade dos cursos em dar atenção a esta temática, pois isso é um anseio do futuro professor, o qual é parte principal na busca por um ensino de qualidade para pessoas com e sem deficiência de maneira inclusiva no ensino regular.

Havendo a inclusão, o aluno tem a oportunidade de se relacionar com outras crianças e interagir de maneira que acrescente novas experiências em sua vida, pois a Educação Física trabalha também com a ludicidade, a individualidade e cooperação, sendo assim uma forma de se inserir os alunos com DA com maior facilidade e proporcionar as outras crianças a se relacionar e respeitar as diferenças, o principal papel do professor de Educação Física é quebrar preconceitos e promover a socialização entre as "diferenças", gerando, inicialmente, transformação na sala de aula, atingindo todo ambiente escolar e, por fim, toda a sociedade.

O profissional de bacharel pode sim trabalhar com alunos com deficiência atuando no planejamento de atividades físicas voltadas para grupos ou pessoas com necessidades especiais.

O curso de licenciatura em Educação Física tem o objetivo de formar profissionais para atuação em ambientes escolares. Como docente, vai poder ensinar atividades físicas em escolas do Ensino Básico visando a educação e o desenvolvimento das habilidades motoras, afetivas, cognitivas e sociais das crianças e adolescentes, podendo atuar em projetos sociais de inclusão esportiva e em outros diversos projetos.

Nesse sentido, o profissional que trabalha como educação física possui instrumentos significativos para que a inclusão se torne efetiva, pois pode utilizar

técnicas que melhorem a qualidade de vida dos alunos e acesso à diversidade. Fazendo com que saibam lidar com as diferenças possibilitando às pessoas com deficiências uma vida em sociedade.

A educação física poderá contribuir na área da educação inclusiva, utilizando-se de propostas metodológicas, com criatividade, usando o corpo, o movimento, o jogo, a expressão e o desporto para relembrar as diferenças e proporcionar aos alunos experiências que realcem a cooperação e a solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, evidenciamos nessa pesquisa que apenas os acadêmicos e profissionais com formação em licenciatura apresentaram algum tipo de capacitação para lidar com alunos surdos. No entanto, a grande maioria dos participantes alegaram não se sentir aptos para lidar com alunos com DA, sem diferenciação de licenciatura e bacharel. Do mesmo modo, quase a metade alegou preocupação e receio caso houvesse algum aluno surdo em sua aula. Também mostramos uma tendência de maior reconhecimento da importância da inclusão de alunos com DA dos alunos com formação em licenciatura em relação ao bacharel.

Diante disso, dada a relevância do tema sobre a inclusão de alunos com DA nas aulas de Educação Física, é importante que os cursos de formação tenham uma atenção maior sobre o tema; haja vista que os alunos alegaram não se sentir bem preparados para lidar com este público. É importante que haja um esforço em conjunto dos cursos de formação, das secretarias de educação e da direção da

escola para a formação de recursos humanos que estejam atentos e aptos para o atendimento de alunos com DA em qualquer um dos seus espectros.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tássia Pereira et al. Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de educação física. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 27, n. 48.

ARAÚJO, D. M. S.; SILVA, M. C. SOUSA, W. P. A. A influência da LIBRAS no processo educacional de estudantes surdos em escola regular. 2015.

COUTO a. O deficiente auditivo de 0 a 6 anos, Rio de Janeiro: SKORPIOS, 1980.1994.

CRUZ, Mariana Sodário; et al. Prevalência de deficiência auditiva referida e causas atribuídas: um estudo de base populacional. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, maio de 2009.

DIZEU, L.C.T.B. CAPORALI, S.A. A Língua De Sinais Constituindo O Surdo Como Sujeito. *Campinas*, v.26, n.91, p.583-597, mai/ago. 2005. REILY, Lucia. *Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação*, 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

GÓES, Flávia Temponi; ALVES, Ana Caroline; VIERA JÚNIOR, Paulo Roberto. Os deficientes auditivos nas aulas de educação física: repensando as possibilidades de

atividades pedagógicas inclusivas. *Revista Formação Docente*, Belo Horizonte, vol. 4, em 1 junho de 2012.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes. Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. In: ALMEIDA, Antônio. *Atividade Física e Deficiência Auditiva*. 2º ed. Barueri: Manole, 2008. p. 128-147.

MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento e Educação das Crianças Surdas. In: *Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Caderno Cedes*, vol. 26, n. 69, maio/ago. 2006.

LIMA, P. A. Educação Inclusiva e Igualdade Social. São Paulo: Avercamp, 2006.
MACIEL, Priscila Amanda; MIGUEL, Juliana; VENDITTI JUNIOR, Rubens. Reflexões a respeito da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em aulas de Educação Física escolar: concepções e formação profissional. *Revista Digital Buenos Aires*, abril 2009.

MITTLER, Penny; MITTLER, Peter. Rumo à inclusão. *Pró-posições*, vol. 12, n. 2-3, jul./nov. 2001.

MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento e Educação das Crianças Surdas. In: *Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

REILY, L. *Escola inclusiva: Linguagem e mediação*. São Paulo: Papyrus, 2004.

SANTOS, Sheila Batista Maia. Gestão democrática: abertura para a acessibilidade do sujeito de identidade surda múltipla e multifacetada nas Instituições de Ensino. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 4, n. 1. mai. 2010. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/113>>. Acesso 17 ago. 2020

SILVA, Natal da.; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. A formação docente e a inclusão da criança com deficiência auditiva nas aulas de educação física. *Educação Física em Revista*, v. 04, n. 1, 2010.

SOLER, Reinaldo. *Educação física inclusiva: em busca de uma escola plural*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

SOUTO, Maria da Conceição Dias, et al. Integrando a Educação Física ao Projeto Político Pedagógico: perspectiva para uma educação inclusiva. *Revista de Educação Física*, jul./set 2010.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza. A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 197 – 218, 13 ago. 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v27n02/v27n02a10.pdf>.

APÊNDICE I. QUESTIONÁRIO PARA AVALIAR A PERCEPÇÃO DO ACADÊMICO E PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Caro(a) entrevistado(a), o objetivo deste questionário é o de avaliar a percepção do acadêmico ou profissional de Educação Física acerca da inclusão de alunos com deficiência auditiva. Responda apenas caso se sinta à vontade para fazê-lo. Asseguramos que todos os dados aqui coletados serão utilizados apenas para fins acadêmicos. Garantimos o total sigilo dos dados, ficando vedada qualquer tipo de exposição dos(as) participantes.

Você aceita participar da pesquisa?

() Sim () Não

DADOS PESSOAIS E ACADÊMICOS	
Nome (opcional)	
Idade (opcional)	
Curso de Educação Física	() Licenciatura () Bacharelado
Ano de conclusão (ou previsão)	

Instituição de ensino	

PARTE 1	
Você já teve alunos ou colegas com deficiência auditiva?	() Sim () Não
Você se sente apto(a) para atuar profissionalmente com alunos com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física? (Marque a alternativa que melhor se aplica)	() Não apto(a) () Pouco apto(a) () Muito apto(a)
O que você sentiria ao saber que lecionaria para um aluno com deficiência auditiva? (Marque a alternativa que melhor se aplica)	() Medo de não saber lidar com o aluno () Animado(a) com o novo desafio () Preocupado(a) em como passar o conteúdo
Assinale as dificuldades que você acha que teria no atendimento de alunos com surdez (caso julgue necessário, marque mais de uma opção).	() Explicar ao aluno o assunto de seu interesse () Adaptar as aulas para uma fácil compreensão dos conteúdos () Não teria dificuldades () Outras. _____
Em suas aulas, você usaria quais recursos para transmitir o conteúdo para um aluno com deficiência auditiva? (caso julgue necessário, marque mais de uma opção).	() Materiais visuais () Escrever no quadro enquanto sinaliza () Mímica () Leitura labial () Outros. _____
O quanto você acredita ser importante a inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física? (Marque a alternativa que melhor se aplica)	() Não é importante () Pouco importante () Muito importante
Você possui alguma formação em Libras?	() Sim () Não
Caso a resposta anterior seja sim, em que tipo de instituição você realizou o curso de formação em Libras (Se necessário, marque mais de uma opção)	() Na graduação () Curso de especialização () Cursos ofertados por instituições especializadas

Você tem o interesse em se aperfeiçoar em Libras? (Marque a alternativa que melhor se aplica)	<input type="checkbox"/> Não tenho interesse <input type="checkbox"/> Tenho pouco interesse <input type="checkbox"/> Tenho muito interesse
Você acredita que a formação em Libras deve ser obrigatória para os cursos de Licenciatura em Educação Física? (Marque a alternativa que melhor se aplica)	<input type="checkbox"/> Não concordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
Você acredita que a formação em Libras deve ser ofertada para os cursos de Bacharelado em Educação Física? (Marque a alternativa que melhor se aplica)	<input type="checkbox"/> Não concordo <input type="checkbox"/> Concordo parcialmente <input type="checkbox"/> Concordo totalmente
Por quais razões você considera ser importante aprender LIBRAS? (opcional)	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

PARTE 2	
Como a inclusão é caracterizada? (Marque apenas uma alternativa).	<input type="checkbox"/> Princípios que visam à aceitação das diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência dentro da diversidade humana <input type="checkbox"/> Num paradigma divergente dos padrões da sociedade hodierna, trazendo visão distorcida da realidade <input type="checkbox"/> Conjunto de estratégias que possibilitam a entrada da pessoa com deficiência nas escolas <input type="checkbox"/> Discursos oriundos de uma demanda social e educacional <input type="checkbox"/> Habilidades e competências a serem adquiridas pela pessoa com algum tipo de deficiência
No que se refere aos fundamentos da educação inclusiva, assinale a alternativa correta.	<input type="checkbox"/> Educação inclusiva e educação especial são a mesma modalidade de ensino <input type="checkbox"/> A escola inclusiva é aquela que organiza seu trabalho pedagógico de acordo com as potencialidades e necessidades de aluno

	<p>() Na perspectiva da inclusão, as diferenças não devem ser evidenciadas, mas tratadas com naturalidade</p> <p>() Para não prejudicar os alunos que não têm deficiências, a escola deve organizar suas turmas com base no desempenho</p> <p>() A educação inclusiva deve ter como prioridade a socialização dos alunos com necessidades especiais</p>